

As práticas de turismo e lazer e a patrimonialização da Cachoeira do Acaba-Vida, em Barreiras (Bahia): um estudo para a compreensão de uma ambiguidade territorial¹

The practices of tourism and leisure and the patrimonialization of the waterfall of Acaba-Vida, in Barreiras (Bahia): a study to understand a territorial ambiguity

Las practicas de turismo y recreación y la patrimonilización de la Cascada de Acaba-Vida, en Barreiras (Bahia): un estudio para comprender una ambigüedad territorial

Paulo Roberto Baqueiro Brandão

Universidade Federal do Oeste da Bahia

paulo.baqueiro@ufob.edu.br

Eli de Souza Santos

Universidade Federal do Oeste da Bahia

helisantos.li@gmail.com

Resumo

A Cachoeira do Acaba-Vida está localizada em Barreiras (Bahia), em trecho do médio curso do Rio de Janeiro, afluente do Rio Branco, pertencente à Bacia do Rio Grande, este que, por sua vez, é o maior tributário da margem esquerda do Rio São Francisco. A queda d'água é considerada, ao mesmo tempo, um patrimônio do município e um dos principais atrativos turísticos e de lazer do município, sendo *locus* de práticas contemplativas, campismo, banhos e esportes de aventura. Deste modo, a pretensão é examinar as contradições existentes entre as visões que exaltam a queda d'água como patrimônio da natureza e as ações que a tornam um atrativo turístico do município de Barreiras, considerando-as como uma ambiguidade territorial, na medida em que, em ambos os casos, há processos de apropriação/dominação – simbólica e material – do espaço pelos agentes envolvidos.

Palavras-chaves: Turismo e lazer. Patrimonialização. Território. Cachoeira do Acaba-Vida (Barreiras, Bahia, Brasil).

Abstract

The Acaba-Vida Waterfall is located in Barreiras (Bahia), along the Rio de Janeiro river, an affluent of the Rio Branco, that is part of the Rio Grande basin, which in its turn is the river that contributes with the most volume of water to the São Francisco river on its left side margin. The waterfall is considered at the same time a municipal heritage and one of the town's main tourist and leisure attraction. It is a place to contemplate nature and for activities such as camping, bathing and various adventure sports. That being said, the purpose of this paper is to analyze the contradictions that exist between the views that exalt the waterfall as a heritage of nature and the actions that make it a tourist attraction in Barreiras, considering these views as a territorial ambiguity, in spite, in both cases, of the presence of processes of appropriation/domination – symbolic and material – of the space by the agents involved.

¹ Este texto apresenta os resultados da pesquisa homônima, realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica fomentado pela FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).

Keywords: Tourism and leisure. Patrimonialization. Territory. Acaba-Vida Waterfall (Barreiras, Bahia, Brazil).

Resumen

La cascada Acaba-Vida está localizada en Barreiras (Bahía), en el curso medio del río Río de Janeiro, un afluente del Río Branco, que forma parte de la cuenca del Río Grande, que, a su vez, es el río que más volumen de agua aporta al Río São Francisco, en su margen lateral izquierdo. A la cascada se considera, al mismo tiempo, patrimonio municipal y una de las principales atracciones turísticas y espacio de ocio de la ciudad. Es un lugar de prácticas contemplativas, campamentos, baños y deportes de aventura. De tal manera, este trabajo tiene la intención de examinar las contradicciones existentes entre las perspectivas que exaltan la cascada como patrimonio de la naturaleza y las acciones que la convierten en una atracción turística en el municipio de Barreiras, considerándolas como una ambigüedad territorial, en la medida en que en ambas, existen procesos de apropiación/dominación – simbólica y material – del espacio, por parte de los agentes implicados.

Palabras claves: Turismo y lazer. Patrimonialización. Territorio. Cascada del Acaba-Vida (Barreiras, Bahia, Brasil).

Introdução

Com a totalidade de sua extensão em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, municípios localizados na porção mais ocidental do estado da Bahia (Brasil), o Rio de Janeiro é um dos diversos subafluentes que compõem a Bacia do Rio Grande, este que, por sua vez, é o principal curso d'água da região e maior tributário da margem esquerda do Rio São Francisco.

Se o uso de suas águas para irrigação em algumas das grandes propriedades rurais produtoras de *commodities* agrícolas com alto valor nos mercados internacionais (soja, milho e algodão) denota uma importância técnico-instrumental do pequeno curso fluvial, para a população de Barreiras, a sua significância advém, principalmente, da ocorrência de duas quedas d'água de grande valor simbólico e cênico: as cachoeiras do Acaba-Vida e Redondo. Vale mencionar que, nesta análise, o interesse investigativo está focado tão somente na primeira das formações mencionadas.

Ao salto em tela atribui-se grande beleza cênica e sua localização no município é motivo de orgulho para os barreirenses, tanto pelo espetáculo propiciado pela queda livre de 38 metros, quanto pelas feições do entorno, ornado por um ecossistema com características típicas da floresta tropical úmida em pleno domínio de cerrado (formação estépica), graças ao constante *spray* gerado pela ação combinada dos ventos e da água precipitada sobre afloramentos rochosos no leito do rio. Dadas as características cênicas supramencionadas, a dita queda d'água é tida pela população e entidades públicas e privadas como um patrimônio do município, compondo, inclusive, uma retórica de exuberância e harmonia da natureza local.

No que tange à patrimonialização, Bello (2016, p. 36), ao incorporar o discurso de Scifoni (2006) sobre o tema, afirma que “(...) o processo de valorização de bens possui um caráter político”, cuja escolha é feita a partir de critérios de receptividade social. Neste sentido, há que se considerar dois aspectos: a importância que um dado grupo social atribui ao bem e, em outro sentido, a legitimidade assentada nesse valor social, gerando discursos em torno do seu papel como um elemento da identidade coletiva.

Por outro lado, a cachoeira é um dos principais atrativos turísticos e de lazer do município, sendo *locus* de práticas contemplativas, mas principalmente de atividades como campismo, banhos e esportes de aventura. O turismo e o lazer são práticas sociais ligadas ao tempo de ócio. Este, por sua vez, está consubstanciado pela lógica do capitalismo, envolvendo o tempo do não trabalho. Tais práticas se fazem, necessariamente, por meio do consumo de espaços que são considerados aptos para essa finalidade.

No caso do objeto de estudo em pauta, as formas de apropriação – turismo, lazer e patrimonialização – revelam-se incongruentes, na medida em que as práticas de turismo e lazer, realizadas sem qualquer subsídio de ordenamento territorial e, portanto, pouco ou nada criteriosas quanto aos limites físico-ambientais e de interação com as comunidades locais ali existentes, contrastam com os discursos que transformam – ou pretendem transformar – a Cachoeira do Acaba-Vida em patrimônio natural do município.

As práticas anteriormente aventadas são, em última instância, territoriais, posto que envolvam relações de poder projetadas no espaço. De um lado, os frequentadores, pelas formas de apropriação que realizam, e, de outro, as entidades que difundem metonímias sobre a exuberância da natureza na queda d’água, podem ser considerados como agentes de territorialização.

O estudo em pauta tem como propósito analisar as contradições inerentes aos processos de apropriação territorial – simbólica e material – da Cachoeira do Acaba-Vida, dando ênfase ao exame daquelas ações relacionadas às práticas turísticas e de lazer e ao processo de patrimonialização que se lhe atribuem. Deste modo, a pretensão é examinar as (in)compatibilidades existentes entre as visões que exaltam a queda d’água como patrimônio da natureza e as ações que a tornam um atrativo turístico do município de Barreiras, considerando-as como uma ambiguidade territorial, na medida em que, em ambos os casos, há processos de apropriação/dominação – simbólica e material – do espaço pelos agentes envolvidos.

Breves ponderações metodológicas

A pesquisa sistemática e metódica da realidade deve ser conduzida considerando a análise feita por Florestan Fernandes (1959), para quem é fundamental estabelecer a distinção entre os

métodos técnicos, que dizem respeito à aplicação dos instrumentos de análise que asseguram ao investigador “condições vantajosas de observação dos fenômenos” (p. 13), e os *métodos de interpretação*, que definem o posicionamento filosófico com o qual a investigação é encarada.

Assim, quanto ao *método de interpretação*, por considerar o objeto de análise como um elemento da natureza apropriado pela sociedade, gerando, pois, uma relação objetiva na qual cada um desses ditos elementos, por suas próprias forças e pela ação recíproca que existe entre ambas, passa por processos de transformação que, ao fim e ao cabo, possuem um caráter contraditório, esta pesquisa está filiada a uma abordagem materialista dialética.

Segundo Thalheimer (2014, p. 53), a dialética “somente considera as coisas em suas relações mais gerais, de dependência recíproca, não em estado de repouso, mas de movimento”. Ainda segundo o autor, essa forma de posicionar-se frente ao mundo se faz pela análise sistemática das relações gerais existentes na natureza, na história humana e no pensamento. Assim, havendo o propósito de descortinar as contradições inerentes à relação natureza/sociedade, mediada, no caso em tela, pelas práticas de turismo e lazer, bem como pelo processo de patrimonialização da Cachoeira do Acaba-Vida, reitera-se a necessidade de conduzir esta pesquisa por um viés dialético.

No que concerne aos *métodos técnicos*, a análise ora apresentada adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-reflexivo, que se debruça sobre uma realidade concreta, lançando mão da pesquisa documental e estudo de caso, para o qual foi necessária a realização de revisão de literatura, observação – ou leitura geográfica – da Cachoeira do Acaba-Vida e coleta de dados, com vistas à caracterização dos agentes e das estratégias de patrimonialização da área, considerando, ainda, a percepção social que se lhe atribui a população local, além da identificação das práticas de turismo e lazer, segundo as dimensões espaço-temporais de uso e ocupação e características socioeconômicas dos frequentadores.

Assim, vale ressaltar que, quanto à sua realização em perspectiva cronológica, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas, quais sejam: (a) Trabalho de Gabinete, (b) Atividades de Campo e (c) Mensuração Estatística. Desta forma, para garantir a operacionalização dessas etapas, optou-se por recorrer a algumas estratégias de pesquisa que contribuem na sistematização do exame proposto.

O Trabalho de Gabinete: consiste na escrita dos elementos teórico-conceituais, metodológicos e empíricos, sendo realizada nas fases inicial e final da pesquisa e executada a partir de: (i) Revisão de Literatura: escrutínio das contribuições teórico-conceituais e metodológicas sobre os temas tratados na pesquisa por outros autores, das diversas áreas de conhecimento correlatas, empregando leitura e posterior elaboração de resumos, resenhas e fichamentos; (ii) Desenvolvimento da metodologia de análise: construção do arcabouço metodológico e explicitação das escolhas de técnicas e procedimentos de análise empregados na pesquisa; (iii) Análise empírica: consiste na

elaboração da escrita referente aos resultados alcançados e as discussões suscitadas a partir dos dados obtidos nas Atividades de Campo.

As Atividades de Campo, por sua vez, consistem nas ações que permitam a obtenção de dados por meio do contato direto com o objeto e sujeitos envolvidos, contemplando, no caso desta proposta, observação, levantamentos em campo e leitura, interpretação e elaboração de mapas, descritos a seguir: (i) Observação – ou leitura geográfica – da/na Cachoeira do Acaba-Vida: permite, ainda que de modo parcial, apreender aspectos da dinâmica territorial do turismo, lazer e patrimonialização. Esse procedimento anteriormente mencionado foi apoiado pela consulta a mapas do município de Barreiras e da Bahia, em especial, na escala de 1:100.000 e maior, imagens aéreas e acervos fotográficos, destacando os aspectos de apropriação do espaço turístico e de lazer e os aspectos que remetam à patrimonialização da Cachoeira do Acaba-Vida; (ii) Levantamento em campo: ocorreu a partir da realização de dois procedimentos distintos, quais sejam: localização, caracterização e observações da/na Cachoeira do Acaba-Vida, visitas a órgãos da Prefeitura Municipal de Barreiras e Câmara Municipal de Barreiras, para levantamento de leis, normas, decretos e demais decisões administrativas que consubstanciam a prática do ócio e o processo de patrimonialização na/da Cachoeira do Acaba-Vida; (iii) Cumprimento, em diferentes momentos e locais, de procedimentos para coleta de dados, tais como aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Por fim, a terceira etapa, denominada de Mensuração Estatística, refere-se ao tratamento e interpretação dos dados quantitativos obtidos, transformando-os em informação qualitativamente verificável.

Territorializações pelo turismo, lazer e patrimonialização

O debate teórico-conceitual deste estudo se fez pelo alinhamento com algumas abordagens sobre território e patrimonialização, estando, pois, em convergência com a perspectiva da multiterritorialidade, idealizada por Haesbaert (2004), que advoga pela coexistência de um *continuum* de territorializações, desde aquelas político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado e dos agentes econômicos, que não admitem pluralidade de poderes, às territorializações mais flexíveis com sobreposições territoriais, cabendo, também, uma apreensão dos territórios pela materialização das práticas de determinados agentes e seus mecanismos de controle, bem como por uma apropriação simbólica, não necessariamente materializada.

Por outro lado, uma vez que a transformação de um espaço em patrimônio é, por parte do Estado e dos agentes econômicos, um ato territorializador, tem-se que tal processo, em nada, é neutro, conforme demonstrado por Di Méo (2014), estando, pois, carregado de intencionalidade.

O turismo e o lazer são práticas sociais ligadas ao tempo de ócio. Este, por sua vez, está consubstanciado pela lógica do capitalismo, envolvendo o tempo do não trabalho. Conforme já mencionado, tais práticas se fazem, necessariamente, por meio do consumo de espaços que são considerados aptos para essa finalidade. Conforme Coriolano e Vasconcelos (2007, p. 9) apontam:

(...) o homem apropria-se da natureza transformando-a em espaço geográfico com a sua presença e suas interferências. A primeira natureza é modificada em segunda natureza com o espaço sendo produzido. A espacialidade deste processo define o surgimento de cidades, lugares, paisagens, territórios e ambientes para a realização do turismo, entre outras necessidades humanas. A base dessa relação está no trabalho. Os grupos econômicos, através de empresas e firmas, definem a produção, circulação, distribuição e consumo do turismo. São os interesses capitalistas que determinam o uso (consumo) do espaço e a relação social de produção do turismo. Portanto, mais do que uma simples relação do homem com a natureza, há uma relação sociedade e natureza. É a sociedade que determina as formas de uso da natureza ou mais precisamente do espaço, do trabalho e da riqueza.

As práticas de turismo, lazer e patrimonialização são, em última instância, territoriais, posto que envolvam relações de poder projetadas no espaço. De um lado, os frequentadores, pelas formas de apropriação que realizam, e, de outro, as entidades que difundem metonímias sobre a exuberância e singularidade dos espaços visitados, podem ser considerados como agentes de territorialização.

Corrêa (2012) expõe aspectos basilares para a compreensão do papel desempenhado pelo agente social na sua vinculação com o fazer geográfico. Embora fazendo referência ao espaço e não ao território – o que não invalida, em absoluto, a utilização da referência – o autor afirma:

A produção do espaço, (...), não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (p. 43).

Há, portanto, a necessidade de reconhecer a existência de distintos agentes que, ao produzirem o espaço segundo suas próprias lógicas, constroem territórios. Na clássica obra *Por uma Geografia do poder*, Raffestin (1993) advoga pela existência de dois grandes grupos de agentes – chamados pelo autor de *atores* – com capacidade de promover arranjos territoriais: *Paradigmáticos*, representados pelo Estado, firmas, partidos políticos, entidades religiosas, etc., em cuja ação está contido um programa político ou econômico pré-definido, que inclui a elaboração de estratégias de caráter territorial; *Sintagmáticos*, que diz respeito a um conjunto de indivíduos agregados pela identificação

mútua de características comuns, mas que não possuem um plano, um programa que garanta a sua reprodução, o que incide na prevalência de traços de espontaneidade na construção de territórios.

Deste modo, a pretensão é examinar as (in)compatibilidades existentes entre as visões que exaltam a queda d'água como patrimônio da natureza e as ações que a tornam um atrativo turístico do município de Barreiras, considerando-as como uma ambiguidade territorial, na medida em que, em ambos os casos, há processos de apropriação/dominação – simbólica e material – do espaço pelos agentes envolvidos.

Importa salientar que tal estudo é aqui considerado como uma etapa de construção dos pressupostos que sustentem a empiricização da tríade Turismo/Lazer-Patrimonialização-Território no contexto local, permitindo, assim, que, em um ciclo posterior e sucessivo de pesquisa, seja desenvolvida uma proposta de ordenamento para a Cachoeira do Acaba-Vida que contemple formas de integração e desenvolvimento territorial de base local.

Ambiguidade territorial na cachoeira do Acaba-Vida

A Cachoeira do Acaba-Vida (Figura 1) é uma queda d'água com cerca de 38 metros de altura, localizada no médio curso do Rio de Janeiro, um dos tributários do Rio Branco, que é afluente do Rio Grande e este último, por sua vez, é o maior corpo d'água da margem esquerda da Bacia do Rio São Francisco. O salto mencionado é parte de uma sistema de drenagem secundário em “franco processo de entalhamento dos sedimentos, escavando mais que depositando, contendo trechos com formações de belas corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais”, sendo classificado, no mesmo documento, como um atrativo geoturístico da Bahia (BRASIL, 2009, p. 1).



Figura 1. Vista panorâmica da Cachoeira do Acaba-Vida (Barreiras, Bahia).
Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras (2019).

O acesso mais comum à Cachoeira do Acaba-Vida é pela rodovia BR-242, no trecho entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, por onde se chega à rodovia BA-459 e, daí, trafegando por um curto trecho de estrada vicinal não pavimentada, alcançar a área de visitação da queda d'água. Quanto às distâncias, por via rodoviária, importa afirmar que, embora a cachoeira seja parte do município de Barreiras, cuja sede dista quase 70 quilômetros desse salto, Luís Eduardo Magalhães, separada por apenas 20 quilômetros, é a cidade mais próxima.

A área de visitação é formada por um pórtico rusticamente construído em madeira, uma edificação inacabada de andar térreo que deveria agregar o receptivo, lanchonete e banheiros/vestiários, estacionamento não pavimentado para cerca de cinquenta veículos, mirante localizado próximo à parte alta da queda d'água, e uma escada precariamente construída e em estado de abandono, que é utilizada para dar acesso à parte inferior do caudal (Figura 2). Nas proximidades da área de visitação há dois espaços utilizados mais frequentemente para banhos (a montante e a jusante da cachoeira) e, portanto, mais susceptíveis a aglomeração de pessoas.



Figura 2. Área de visitação da Cachoeira do Acaba-Vida (Barreiras, Bahia).
Fonte: acervo dos autores (2019).

As formas mais comuns de apropriação dos espaços de visitação são os banhos, conjugados, em geral, com confraternizações (que envolvem, via de regra, a realização de churrasco ou piquenique) e/ou campismo, contemplação da cachoeira e a prática de esportes de aventura, como rapel, *cascading* e tirolesa (Figura 3), além das visitas coordenadas por agências locais de receptivo. Os resultados dos questionários aplicados junto aos usuários apontam que 58% desses têm interesse pelos banhos, confraternizações e campismo, 21% preferem atividades contemplativas, 8%

aderem às práticas esportivas, enquanto 13% revelaram preferência por outros afazeres ligados ao ócio, como práticas espirituais, outros esportes ao ar livre, observação de fauna e flora, pesca, entre outros.



Figura 3. Formas de apropriação da Cachoeira do Acaba-Vida (Barreiras, Bahia).
Fonte: acervo dos autores (2019).

Importa, aqui, tecer algumas breves considerações sobre o processo geográfico-histórico de construção simbólica e material da Cachoeira do Acaba-Vida como um espaço patrimonial do município de Barreiras e, ao mesmo tempo, da consolidação de práticas turísticas e de lazer, buscando compreender, ainda, o papel dos agentes que permitiram/induziram/fomentaram tais intervenções.

O processo de turistificação da Cachoeira do Acaba-Vida teve início na década de 1980, com a promulgação, por Baltazarino Araújo Andrade, então prefeito municipal de Barreiras, do Decreto n. 85, de 15 de outubro de 1984, que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, a dita queda d'água e uma área contígua (BARREIRAS, 1984). O documento menciona que a dita área, com extensão de 50 hectares compunha a Fazenda Rio de Janeiro e sua desapropriação seria para fins de implantação de um balneário para lazer e parque ecológico, cujas demandas seriam de “grande interesse de Barreiras e entidades”, por ser uma área “propícia a [*sic*] exploração turística” (p.2).

Disso se pode depreender, ao menos a partir do que consta no decreto municipal, que, à época, já se buscava conciliar as práticas turísticas e de lazer a uma retórica da patrimonialização, uma vez que as visitas estariam ligadas ao caráter de espaço de preservação que se queria conferir àquele atributo natural.

Em 1993, a partir do Decreto n. 2.185, de 7 de junho de 1993, o Governo da Bahia criou a APA (Área de Proteção Ambiental) da Bacia do Rio de Janeiro (BAHIA, 1993), cuja área foi ampliada, oito anos depois, para os atuais 351 mil hectares, por meio do Decreto n. 7.971, de 5 de junho de 2001 (BAHIA, 2001). No documento de criação dessa UC (Unidade de Conservação), os argumentos apresentados foram (a) a existência da Cachoeira do Acaba-Vida, considerada de extrema beleza cênica e grande fragilidade ambiental; (b) o valor cênico da paisagem local e, como consequência, o potencial para o desenvolvimento de práticas turísticas ligadas à natureza; (c) a existência de um “valioso patrimônio” (BAHIA, 1993, p. 1) do ecossistema de cerrado e (d) o fato da APA ser um tipo de UC que permite, por sua concepção, conciliar atividades humanas e preservação ambiental.

Com o Decreto Municipal n. 822, de 19 de fevereiro de 2009, a gestão municipal criou o programa de ecoturismo “Caminho das Cachoeiras”, cujo objetivo explicitado era estimular e fomentar ações de turismo sustentável do patrimônio natural e cultural do município, visando promover formas de desenvolvimento econômico e social de base local aliadas às estratégias de conservação da natureza. Com duração de seis anos, o programa previa ações para todo o município a serem realizadas em três etapas, entre as quais, as seguintes, que tratam diretamente da Cachoeira do Acaba-Vida e entorno: formação de moradores da APA do Rio de Janeiro em agentes ecoturísticos, contratação temporária e emergencial de condutores de turismo para apoio inicial a esses agentes ecoturísticos, realização de planejamento e gestão do ecoturismo na referida UC, realização de obras de infraestrutura e construção de “vila ecoturística” (p. 7).

Anos mais tarde, precisamente em 2013, a Prefeitura Municipal de Barreiras lançou um projeto novamente alinhado à retórica do Ecoturismo (BRANDÃO, 2019) que previa a realização de um conjunto de intervenções que resultariam na criação do chamado Parque Municipal da Vida, entre as quais, destacam-se a requalificação das áreas de recepção e visitação, realização de estudos ambientais e de regularização fundiária, implantação de trilhas e programações contemplando atividades de Educação Ambiental, observação de fauna e flora e passeios (BARREIRAS, 2013).

Em 2019, a Prefeitura Municipal de Barreiras realizou obras de melhoria na estrada vicinal – não pavimentada – que liga a rodovia BA-459 aos povoados de Mata da Cachoeira e Chico Preto, via utilizada por locais e visitantes para acessar as cachoeiras do Acaba-Vida e Redondo. A retórica empregada pela gestão municipal foi a de permitir melhores condições de mobilidade para as populações das localidades mencionadas, mas, também, para todos que desejassem realizar práticas de turismo e lazer nas ditas quedas d’água.

No mesmo ano, o governo municipal lançou a proposta de implantação do Monumento Natural da Cachoeira do Acaba-Vida, um projeto realizado em parceria com o INEMA (Instituto de

Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia) que recomenda a criação dessa unidade de conservação dentro dos limites da APA da Bacia do Rio de Janeiro (BARREIRAS, 2019). Nesse contexto, foram realizadas duas audiências públicas sobre o tema, sendo a primeira no povoado Cerradão, localidade lindeira à cachoeira, e a seguinte na cidade de Barreiras.

Quando do transcurso das obras de recuperação da estrada vicinal, é abundante a atribuição às cachoeiras de termos como “paraíso da natureza”, “cartões postais” e “belezas naturais” nos registros de falas do gestor do Executivo municipal nos meios de comunicação oficiais. De igual modo, as falas dos representantes dos órgãos municipais envolvidos em apresentações proferidas em audiências públicas, denotam a necessidade de preservação de um monumento, evocando o orgulho pelas belezas naturais, ao tempo em que exaltam a “vocação” turística da cachoeira.

Essa temporalidade do processo de turistifica  o da Cachoeira do Acaba-Vida remete    constru  o de um discurso francamente calcado no ideário de patrimonializa  o da natureza e de uma territorializa  o que emprega dois meios concomitantes e complementares: (a) simbólico, que tem a ver com a constru  o de uma retórica do pertencimento e orgulho pela existência de “belezas naturais” *sui generis*, e (b) material, que    concretizada nas propostas de cria  o de unidades de conserva  o, com posse, cercamentos, compartimenta  o  es, segurança, formas de planejamento e gestão, defini  o de usos, etc, ou seja, na conforma  o de meios    conten  o territorial (HAESBAERT, 2014). Desta forma, empregando termo cunhado por Raffestin (1993), o Estado, especialmente nas esferas municipal e estadual, e o *trade* turístico, assumem papeis de atores/agentes paradigmáticos.

Contudo, há que se considerar a enorme discrepância entre o que fora proposto/planejado ao longo dos anos e o que se tem como efetivado/realizado, seja em termos de planejamento e gestão da queda d’água e do seu entorno ou mesmo no que se refere    implanta  o de estruturas de recep  o e acolhimento dos visitantes e de projetos para preserva  o, contempla  o e usos do espaço turístico. Com efeito, de 1984 aos dias hodiernos, a despeito dos avanços na formaliza  o de meios para a preserva  o, como a cria  o e posterior amplia  o da APA da Bacia do Rio de Janeiro, muito pouco foi feito para garantir experiências turísticas e de lazer satisfatórias aos interessados por práticas consequentes junto    natureza.

Por outro lado,    preciso ter em conta que a cachoeira    um atrativo dos mais requisitados de Barreiras e que as práticas de turismo e lazer seguem ocorrendo, apesar da já relatada ausência quase absoluta de formas de ordenamento territorial que permitam a minimiza  o de impactos causados pela presença humana em ambiente tão complexo e frágil. Assim, a presença de visitantes    descontrolada, seja na quantidade, o que incide em práticas de massifica  o turística, ou quanto aos

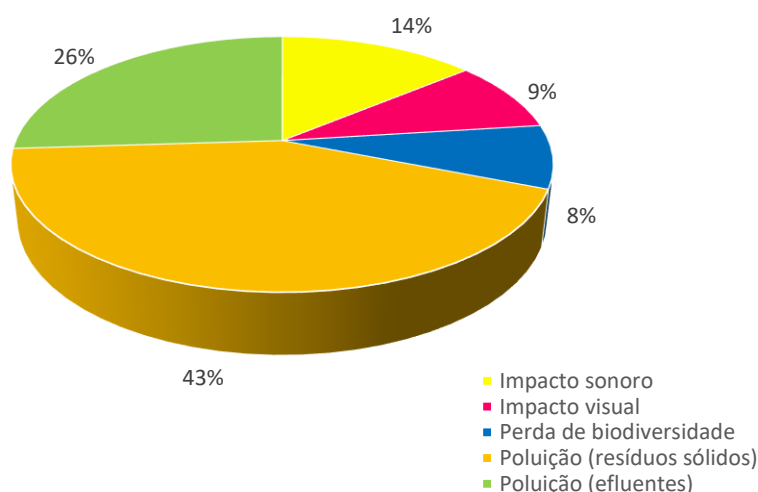
comportamentos, afetando a sociobiodiversidade local. Assim, nos termos de Claude Raffestin, os grupos sociais, por sua vez, assumem o papel de agentes sintagmáticos.

Por meio de observações *in loco* e da análise dos resultados dos questionários aplicados junto a um universo de moradores da cidade de Barreiras, do entorno da queda d'água e de visitantes pôde-se, por um lado, apurar alguns dos impactos ocasionados pelas práticas de turismo e lazer e, por outra parte, dimensionar a percepção dos respondentes quanto à paisagem das áreas de recepção e visitação, de tal modo a permitir uma compreensão mais ampla das formas de uso e ocupação daquele espaço.

Para 81% dos respondentes, a Cachoeira do Acaba-Vida é considerada um patrimônio natural de Barreiras, além de ser, para esses sujeitos, o segundo mais importante atrativo do município, figurando aquém apenas do Rio Grande. Contudo, tal percepção está em contradição com as formas de uso e ocupação daquele espaço. Conforme observações feitas nas áreas de recepção e visitação, os usuários (turistas e moradores locais) assumem comportamentos que, no mais das vezes, representam ameaças ao ambiente visitado, como, por exemplo, deposição inadequada dos resíduos, uso de sonorização em volume incompatível com práticas de contemplação e produção de fogo para preparação de alimentos próximo de áreas verdes.

Essa apuração feita por observação converge com a percepção dos respondentes. Para esse universo de moradores e visitantes, os impactos mais ostensivos são a poluição por deposição inadequada de resíduos sólidos, descarte de líquidos (bebidas artificiais e cremes capilares e corporais) diretamente no Rio de Janeiro, impacto sonoro, impacto visual (construções em desacordo com a paisagem e falta de manutenção das estruturas) e perda da biodiversidade (Gráfico 1).

Gráfico 1. Percepção quanto aos impactos na Cachoeira do Acaba-Vida (Barreiras, Bahia).



Fonte: pesquisa direta (2019).

Fundamental denotar que, entre os respondentes, apenas os moradores locais reportaram a existência de impactos sociais, com ênfase nos incômodos e riscos gerados pela passagem de veículos em alta velocidade nas proximidades de suas propriedades, alguns conflitos com os visitantes, por conta, principalmente, de excessos ligados ao consumo de bebidas alcóolicas, e poluição sonora, resultante do uso de sonorização em volume inadequado. Importante frisar que foi feita qualquer menção à ocorrência de impactos econômicos e culturais.

Quando da tarefa de identificar e caracterizar as formas de apropriação territorial que ocorrem na Cachoeira do Acaba-Vida, foram definidas as formas simbólicas e materiais como variáveis para, daí, identificar os agentes e as respectivas formas de apropriação. Os agentes identificados foram o Estado (no âmbito municipal), o *trade* turístico local, formado, principalmente, por empresas de receptivo turístico dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, além de empresa de capacitação e treinamento em esportes de aventura, e a sociedade dos dois municípios mencionados, que podem ser identificados, grosso modo, como usuários.

Quanto às formas simbólicas de apropriação territorial, temos a seguinte realidade: (a) o Estado: faz considerável uso da imagem da cachoeira em sua propaganda institucional, mesmo naquela que não tem relação com o turismo; (b) *Trade*: intensa exploração da “marca” Cachoeira do Acaba-Vida na divulgação de práticas pretensamente categorizadas como Turismo de Natureza; Sociedade: atribui à cachoeira um papel de objeto-símbolo do município de Barreiras.

No que se refere às formas materiais de apropriação territorial, pode-se mencionar: (a) Estado: a implantação de sinalização turística, estruturas de suporte ao turismo, como mirante, trilhas, estacionamento e receptivo (inacabado), além das iniciativas, nas esferas estadual e municipal, de criação de unidades de conservação; (b) *Trade*: implantação de equipamentos para a prática de esportes de aventura, como uma tirolesa fixa; (c) Sociedade: por meio das práticas de turismo e lazer, com geração de impactos ambientais.

As ações e papéis dos agentes mencionados permitem inferir o surgimento de uma ambiguidade territorial nas formas de apropriação da Cachoeira do Acaba-Vida, ou seja, a existência complementar e contraditória de uma multiterritorialidade, cujos agentes que a promovem empregam retóricas e práticas convergentes de apropriação (neste caso, o turismo), mas que produzem territorializações em oposição (preservação x degradação).

Considerações finais

É inegável que, sob qualquer parâmetro que se queira utilizar, a Cachoeira do Acaba-Vida agrega atributos físico-ambientais de considerável beleza cênica, além de condições adequadas de balneabilidade. Tais características são de pleno conhecimento das representações do Estado, dos

agentes econômicos que atuam na oferta de serviços de receptivo turístico e de usuários em geral, de modo a compor, em conjunto com o Balneário das Três Bocas e a Cachoeira do Redondo, os principais atrativos turísticos e de lazer vinculados aos banhos de rio de Barreiras, mas também um espaço identitário desse município.

Contudo, os resultados da pesquisa ora apresentada revelam uma forte contradição entre o discursivo e o praticado. Em outras palavras, as práticas de turismo e lazer ocorrem a despeito da falta de ordenamento territorial, a implantação – pelo *trade* – de estruturas de suporte ao turismo gera impactos estéticos na paisagem, enquanto os usuários (turistas e moradores) promovem impactos ambientais e sociais diversos por meio dos usos inadequados à conciliação entre práticas turísticas e preservação. Não obstante, de forma concomitante e complementar, é possível perceber que os discursos evidenciam formas simbólicas de apropriação territorial, ao tempo em que estas, por sua vez, denotam um processo em curso de patrimonialização da Cachoeira do Acaba-Vida, o que, por sua vez, induz práticas turísticas e de lazer materializadoras das territorialidades dos usuários.

Conclui-se, enfim, que a incompatibilidade entre discursos e usos revela o caráter contraditório do processo de patrimonialização da Cachoeira do Acaba-Vida, segundo o qual as formas simbólicas de apropriação territorial enfatizam aspectos positivos, enquanto a propriação substantivada pelas práticas materializam aspectos negativos. A isso estes autores têm denominado, provisoriamente, de “ambiguidade territorial”, termo que carece, ainda, de um firme escopo conceitual, sobre o qual se está trabalhando.

Referências

BAHIA, E. da. **Decreto n. 2.185, de 7 de junho de 1993**. Salvador: Governadoria do Estado da Bahia, 1993.

_____. **Decreto n. 7.971, de 5 de junho de 2001**. Salvador: Governadoria do Estado da Bahia, 2001.

BARREIRAS, P. de. **Decreto nº. 85/84, de 15 de outubro de 1984**. Barreiras: Gabinete da Prefeitura Municipal de Barreiras, 1984.

BARREIRAS, P. de. **Decreto Municipal n. 822, de 19 de fevereiro de 2009**. Barreiras: Diário Oficial do Município, 2009, p. 5-7.

_____. **Turismo 2013**. Parque da Vida: ecoturismo em Barreiras. Barreiras: Secretaria Municipal de Turismo, 2013 [mimeo.].

_____. **Projeto técnico para criação da Unidade de Conservação Municipal Monumento Natural Cachoeira do Acaba Vida**. Barreiras: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, 2019 [mimeo.].

- BELLO, C. **Patrimonialização da natureza, turismo e produção espaço regional**: uma análise do complexo de áreas protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá e Poconé). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- BRANDÃO, P. A retórica do Ecoturismo em municípios da Chapada Diamantina: um olhar sobre Iraquara e Lençóis. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 2. Penedo, 2019, p. 270-279.
- BRASIL, R. do. **Mapa geodiversidade do estado da Bahia**. Legenda expandida. Brasília: Serviço Geológico do Brasil, 2009. 1 mapa, color., Escala 1:2.500.000.
- CORRÊA, R. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. (org.). **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-51.
- CORIOLANO, L.; VASCONCELOS, F. **O turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2007.
- DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, v. 5, número especial (1). Fortaleza, 2014, p. 3-23.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Nacional, 1959.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Contenção territorial: “campos” e novos muros. **Boletín de Estudios Geográficos**, n. 102. Mendoza, 2014, p. 25-45.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- THALHEIMER, A. **Introdução ao materialismo dialético**. Fundamentos da teoria marxista. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Victor Meyer, 2014.